

CORREIO NACIONAL



Versão presencial está em cartaz até 1º de fevereiro

Exposição digital mostra vida nos seis biomas brasileiros

Uma exposição digital que reúne mais de 50 histórias de vida coletadas nos seis biomas brasileiros entre 2024 e 2025 está disponível gratuitamente até o dia 1º de fevereiro de 2026. A mostra exibe vídeos, sons e imagens que retratam como diferentes pessoas e comunidades convivem, resistem e criam soluções em meio a transformações da terra. Inaugurada pelo Museu da Pessoa, a mostra pretende que o público reflita sobre a relação entre seres humanos e o

planeta a partir de uma escuta biocêntrica, que reconhece todas as formas de vida como igualmente valiosas. Com curadoria de Ailton Krenak e Karen Worcman, a exposição traz narrativas de povos indígenas, agricultores, artistas, quilombolas, cientistas e guardiões da natureza que compartilham suas experiências de pertencimento à Terra. “A terra tem resposta para todos nós, nos lugares de onde nós nos originamos”, afirma o curador Ailton Krenak.

Uso de amálgama com mercúrio

O Ministério da Saúde reafirmou na 6ª Conferência das Partes da Convenção de Minamata (COP 6) o compromisso do país de reduzir gradualmente o uso de amálgamas dentário contendo mercúrio. A pasta manifestou ainda que apoia a eliminação total do uso da liga. Segundo o Ministério

da Saúde, o Brasil está em condições de apoiar a eliminação do uso de amálgama dentário, mas defendeu uma transição “gradual e segura”, de modo a não comprometer o acesso da população aos tratamentos odontológicos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Internet a 16,3 mil escolas públicas

O acesso à internet de qualidade está mais perto da realidade de milhares de estudantes brasileiros de todas as regiões. É esse avanço que prometem o Ministério das Comunicações (MCom) e a EACE (Entidade Administradora da Conectividade de Escolas), que vão investir R\$ 1,3 bilhão para

conectar 16,3 mil escolas públicas de difícil acesso em todas as regiões do país. A iniciativa prioriza comunidades rurais, indígenas, quilombolas e periféricas, garantindo que o direito à educação digital chegue a quem mais precisa. O edital foi divulgado nesta quinta-feira (06.11).

Declaração de combate ao racismo

Países da Cúpula dos Líderes da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30), assinaram, nesta sexta-feira (7), a Declaração de Belém de Combate ao Racismo Ambiental. O documento conta com as contribuições do Ministério da Igualdade Racial (MIR), que está à frente da

Comissão Internacional de Comunidades Tradicionais, Afrodescendentes e Agricultores Familiares do Círculo dos Povos da COP30. O documento, assinado por 19 chefes de Estado e de Governo na Cúpula de Líderes de Belém (PA), reafirma os princípios do respeito à democracia.

Unidades ecoeficientes

Unidades ecoeficientes estão em construção, em todas as regiões do país, para agregar eficiência energética, conforto ambiental e acessibilidade ao atendimento oferecido pelos Correios. No Pará, a Agência Telégrafo deve ser inaugurada durante a COP30. O espaço fica na

Avenida Senador Lemos, número 1749, em Belém. O projeto inclui painéis fotovoltaicos para geração própria de energia limpa, iluminação em LED automatizada com sensores de presença, sistemas de ventilação com renovação do ar e monitoramento da qualidade interna.

Papai Noel dos Correios

Foi dada a largada para a maior campanha natalina do país. O Papai Noel dos Correios 2025 foi lançado na sexta, no edifício-sede da estatal, em Brasília/DF. O evento contou com a presença de estudantes do Centro de Educação Infantil da Candangolândia, escola pública do Dis-

trito Federal, e é claro que o Papai Noel apareceu para receber as cartinhas. Este ano, o Bom Velhinho chegou mais sustentável que nunca: veio de bicicleta elétrica, destacando o compromisso da empresa com soluções eficientes e ambientalmente responsáveis.

Expansão das facções afeta cidades do interior do país

Constatação é do Atlas da Violência 2025 divulgado na sexta

A desconcentração da violência letal nas grandes cidades, com a interiorização do crime e o avanço das facções para médias e pequenas cidades do país é destacada pelo Atlas da Violência 2025 – Retrato dos municípios brasileiros e dinâmica regional do crime organizado, divulgado nesta sexta-feira (7). O levantamento foi elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). O relatório evidencia dois motivos para esse fenômeno. “Em primeiro lugar, as cidades que eram mais violentas há 10 anos conseguiram reduzir a letalidade. Por outro aspecto, em face da interiorização do crime, muitas cidades menores passaram a vivenciar em maior número a violência letal”. De acordo com o Atlas, as capitais como Fortaleza, São Luís, Goiânia, Cuiabá e o Distrito Federal registraram “reduções superiores a 60% nas taxas de homicídios entre 2013 e 2023”. Fato que contrasta com “o avanço da criminalidade e das disputas entre facções em municípios médios e interiores, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, que passaram a concentrar episódios de violência antes restritos às metrópoles”. Mesmo com a ampliação territorial das facções criminosas, o



Estudo aponta desconcentração da violência letal nas grandes cidades

levantamento mostra uma continuada redução dos homicídios no país, tendência que se observa desde 2018. “Em alguns estados, o processo começou muito antes, como é o caso de São Paulo, estado onde as mortes por causas violentas vêm diminuindo de forma contínua há mais de duas décadas”. O relatório indica também que as facções criminosas estão presentes em todas as unidades da Federação, mas de maneira desigual. “Em alguns estados, a presença de vários grupos alimenta disputas territoriais intensas e letais, como ocorre na Bahia, onde atuam o Comando Vermelho

(CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) em aliança com facções locais, como o Bonde do Maluco e o Comando da Paz”. A mesma disputa por território ocorre também em Pernambuco, o estado abriga pelo menos 12 facções em conflito. Elas são responsáveis por impulsionar as altas taxas de homicídios no estado. “No Amazonas e no Amapá, as guerras entre CV, PCC e organizações regionais, como a Família Terror do Amapá e o Cartel do Norte, têm provocado escaladas de violência em cidades médias e portuárias estratégicas”, aponta o Atlas.

Já em outras regiões, os conflitos por domínio de territórios são de baixa intensidade, revelando uma convivência relativamente estável entre grupos rivais. “É o caso de São Paulo, onde prevalece uma espécie de pacificação, resultante do domínio de mercados ilegais por uma única e poderosa organização criminosa, o PCC”. O mesmo acontece também em Minas Gerais. O estado também “abriga diversas facções fragmentadas, mas com menor grau de conflito aberto, e Santa Catarina, cuja atuação do Primeiro Grupo Catarinense (PGC) ocorre em um cenário de violência mais controlada e pontual”.



Anvisa pode concluir análise do registro no fim da semana que vem

Vacina do Butantan contra dengue pode ser aprovada

A vacina contra a dengue produzida pelo Instituto Butantan pode ser aprovada a partir do final da semana que vem pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O anúncio foi feito nesta sexta (7), em coletiva de imprensa que tratou sobre a necessidade de acelerar as filis para aprovação de medicamentos sintéticos e produtos biológicos. “A vacina de dengue do Butantan é um processo prioritário para a agência”, afirmou o diretor da Anvisa Daniel Pereira. Ele explicou que, na semana passada, houve uma reunião com o comitê de especialistas para suprir dúvidas que ficaram em relação à vacina. “A nossa expectativa é que, na primeira quinzena de novembro ainda, ou alguns dias a mais, a gente já tenha uma conclusão por parte da Anvisa, para a gente autorizar o registro”, explicou. Pereira acrescentou que essa análise demandou “muitas horas” de discussão técnica com especialistas externos que apoiaram a decisão. Se-

gundo a Anvisa, não houve solicitações de registro de outros imunizantes por parte dos demais laboratórios. Na reunião com a imprensa desta sexta, diretores da Anvisa ainda explicaram que a agência pretende utilizar ferramentas de inteligência artificial para acelerar em pelo menos 50% o tempo de análise de medicamentos. O presidente da Anvisa, Leandro Safatle, contextualizou que há um aumento constante, de aproximadamente de 10%, de petições de novos registros junto à agência. Isso faz com que análises cheguem a demorar até três anos. “Trata-se de um conjunto de ações que estão sendo pensadas que, em conjunto, tende a reduzir os prazos de análise que estão tendo na Anvisa”, afirmou Safatle. Segundo o presidente da Anvisa, as ferramentas de inteligência artificial estão sendo muito utilizadas em todas as agências reguladoras. “É um instrumento que pode ajudar muito no processo de otimização de análise e no

processo de aumento da produtividade”, disse Safatle. O diretor da Anvisa Daniel Pereira informou que a agência tem hoje na fila aproximadamente 1,1 mil medicamentos sintéticos e cerca de 100 produtos biológicos para a análise. Com as propostas para acelerar as avaliações, a ideia é que, até dezembro do ano que vem, a Anvisa consiga atender aos prazos legais de um ano de fila para análise em todas as áreas. “A gente já tem uma série de instrumentos sendo desenvolvidos na parte de inteligência artificial dentro da Anvisa. Tem uma área específica que está cuidando muito desse tema aqui dentro”, afirmou Safatle. O ministro da saúde, Alexandre Padilha, que está na África do Sul com autoridades da saúde dos 20 países mais ricos do mundo, anunciou, por vídeo, durante a reunião, o investimento de R\$ 25 milhões para que a Anvisa possa ampliar ferramentas de inteligência artificial e, assim, reduzir o prazo de análise dos pedidos.

Mudança climática pode intensificar tornados

O tornado que destruiu 90% da cidade paranaense de Rio Bonito do Iguaçu e deixou ao menos 750 feridos deveria servir como alerta de “desespero e urgência” para as autoridades reunidas da Conferência das Nações Unidas para o Clima (COP-30), defendeu o secretário-executivo do Observatório do Clima, Márcio Astrini. O evento começa na próxima segunda-feira (10), mas o encontro de chefes de Estado foi realizado nas últimas quinta e sexta-feira. “O que aconteceu no Paraná, que é triste e grave, é mais uma repetição do que vem acontecendo não apenas no Brasil, na Amazônia, no Rio Grande do Sul, em São Sebastião, em Petrópolis, no norte de Minas, sul da Bahia, como no mundo inteiro também”, destacou. “Os últimos dez anos foram os dez anos mais quentes da história. Tudo isso deveria entrar para dentro da Conferência do Clima, mas, muitas vezes, o que a gente vê é que a reunião fica impermeável ao mundo real”, criticou Astrini, que representa a principal rede da sociedade civil brasileira com atuação sobre as mudanças climáticas. Astrini espera que o evento do Paraná seja citado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura oficial da COP, segunda-feira (10) e que essa “realidade” ajude a sensibilizar os países participantes sobre “o mundo real, que está agonizando”. “A gente têm alguns países que são mais vulneráveis a essa situação, como o Brasil, que depende da agricultura, a geração da nossa energia depende da regularidade climática, com as hidrelétricas”, complementa o secretário.